MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES
27 3198-0900

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva

Vitória – ES – 2024

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretor de Pós-graduação

Danielle Piontkovsky

Diretora do Cefor

Aline Freitas da Silva de Carvalho

Coordenadoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Cefor

Márcia Oliveira Gonçalves

Comissão de Elaboração do PPC

Yvina Pavan Baldo

Larissy Alves Cotonhoto

Lidiane Leite Vasconcelos

Sanandreia Torezani Perinni

Sirley Trugilho Da Silva

Coordenação do Curso

Yvina Pavan Baldo

Assessoramento Pedagógico

Alessandro Poleto Oliveira

SUMÁRIO

1. Identificação do Curso **4**
2. Caracterização da Proposta **5**
2.1 Apresentação e Contextualização Institucional 5
2.2 Breve histórico do Cefor e da EaD no Ifes 6
2.3 Justificativa 8
2.4 Objetivo Geral 9
2.5 Objetivos Específicos 9
2.6 Público-alvo 9
2.7 Perfil do Egresso 10
2.8 Metodologia 10
2.8.1 Atividades Assíncronas 10
2.8.2 Atividades Síncronas 11
2.8.4 Metodologia das aulas e mediação 11
2.9 Trabalho Final de Curso - TFC 11
2.10 Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação 12
2.11 Infraestrutura 13
2.11.1 Instalações gerais e equipamentos 13
2.11.2 Biblioteca Virtual 13
2.11.3 Material Didático Digital 14
2.12 Ações Afirmativas para ingresso e permanência 14
2.12.1 Napne – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas 15
2.12.2 Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas 17
2.12.3 Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades 18
3. Corpo Docente e Técnico do Curso **18**
3.1 Corpo Docente do Curso 18
3.2 Corpo Técnico do Curso 22
4. Matriz Curricular **22**
4.1 Componentes Curriculares ou Disciplinas 22
4.2 Ementário 23
5. Estágio **43**
6. Referências **43**

1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Especialização em Educação Especial Inclusiva				
Código/Área de Conhecimento	70800006 – Educação 70807051 - Educação Especial				
UA Responsável	Cefor/Reitoria				
Carga Horária Total	420	Duração (meses)	18	Nº de vagas	40
Modalidade	( ) Presencial - ( ) Semipresencial - (x) A Distância				
Polos	Cefor - Oferta institucional				
Outras Instituições participantes					
Assessoramento Pedagógico	Alessandro Poleto Oliveira				
Período previsto para realização do curso					
( ) Oferta Regular – Início em: Término em: Periodicidade (meses): ( ) 6 ( ) 12 ( ) Outro. Qual? (informe qual periodicidade) Observar artigo 42 ROD					
(X) Oferta única – Início em: Mar/2025 Término em: set/2026					
Funcionamento					
Dias	Segunda-feira a sábado	Horário	Flexível		
Coordenador					
Nome	Yvina Pavan Baldo				
E-mail	yvina@ifes.edu.br	Telefone			
Carga horária Ifes	40	Carga horária dedicação ao curso	20		
Área de formação	Informática e Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8466328182785347				

Resumo do Currículo Lattes

Doutorado (em andamento) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na linha de pesquisa Formação de Professores e Outros Agentes Educacionais. Mestrado em Informática (2001) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialização em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2022) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (1997) pela Fundação de Assistência e Educação (Faesa). Atuou no Ensino Superior como professora na FAESA, como coordenadora da Universidade Aberta do Brasil UAB (2006 a 2008), Diretora de Educação a Distância (2009 a 2014) e coordenadora da pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santo Ifes. Atualmente é professora com dedicação exclusiva no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes atuando em cursos de formação de professores na área de Tecnologias e coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne/Cefor) e coordenadora

da pós-graduação lato sensu em Educação Especial Inclusiva. Tem experiência na área de Computação e Educação, com ênfase em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: uso de tecnologias na educação e aspectos relativos à acessibilidade, os impactos das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, planejamento e implantação de cursos EaD e design educacional.	
Secretaria do Curso	
Servidor responsável pela Secretaria	Luciano Rodrigues Valin com apoio contratado via edital de processo seletivo
Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso Endereço: Rua Barão de Mauá, 30, Jucutuquara, Vitória - ES, Cep 29040-860 Telefone: 27 3198-0903 e-mail: sa.cefor@ifes.edu.br	
Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.	

2. Caracterização da Proposta

2.1 Apresentação e Contextualização Institucional

Esta proposta visa apresentar o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva que será ofertado pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor).

O projeto inicial nasceu de uma demanda regional de formação de profissionais para atuar na área da Educação Especial Inclusiva e se apoia no princípio educacional adotado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que favorece e incentiva a criação de políticas para a educação profissional, científica e tecnológica, tendo como base os princípios norteadores “compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais” (IFES, 2019, p. 17).

O projeto de curso aqui apresentado coaduna com a concepção de educação institucional que, por sua vez, encontra-se em consonância com as políticas nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Portanto, o curso prevê a oferta de uma educação e formação que discuta, que planeje e que institua ações educativas em relação à diversidade e à inclusão em diferentes âmbitos sociais, em especial na educação. Mantém, assim, uma preocupação social e educacional que reconhece e valoriza o tema da diversidade, o que permitirá o desenvolvimento de ações que minimizem práticas sociais discriminatórias e excludentes.

Ainda respeitando o PDI (IFES, 2019), o curso pretendido se compromete a privilegiar as diversas legislações referentes à inclusão da pessoa com deficiência, em especial a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Sobretudo nos apoiamos nesta última, que concebe o movimento mundial pela educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Dessa forma, o curso almeja uma formação crítica e propositiva de profissionais da educação, para que atuem de maneira responsiva e inclusiva, oferecendo educação de qualidade a todos os alunos, reconhecendo e respondendo às suas diversas necessidades, respeitando todos os estilos e ritmos de aprendizagem, por meio de um currículo flexível e apropriado, de arranjos organizacionais, de estratégias de ensino, do uso de recursos especiais e do processo seletivo acessível, com o envolvimento de todos os agentes da comunidade escolar.

O curso tem o compromisso de atender às orientações do Ministério da Educação (MEC). Este desenvolve uma política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, implementa diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos público-alvo da Educação Especial, visando a complementação da sua formação e não mais a substituição ao ensino regular.

Consideramos que para atuar na educação tanto na modalidade da Educação Especial, como na educação básica regular, o profissional da educação, em especial o professor, deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. A proposta de formação do curso possibilitará ao cursista a atuação na educação em uma perspectiva inclusiva, em especial no atendimento educacional especializado, uma vez que visa alcançar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos e nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação básica, profissional e superior, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial.

Assim, trata-se de uma proposta de oferta única, de formação continuada sobre Educação Especial Inclusiva, cuja finalidade é contribuir para a capacitação de graduados da área de Educação e afins, acerca dos temas: aprendizagem, processos de patologização da aprendizagem e do ambiente escolar, práticas e ações educativas na e para a Educação Especial, bem como o conhecimento sobre a literatura especializada que favorecerá a atuação e atualização dos participantes. Espera-se, ao final, formar profissionais que possam desenvolver ações de inclusão para pessoas com deficiência e com queixas escolares na educação básica, ensino técnico, graduação e pós-graduação.

2.2 Breve histórico do Cefor e da EaD no Ifes

De acordo com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFES, 2019), no Ifes, o órgão gestor das políticas e diretrizes de EaD e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Criado em 2014, por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014.

Entretanto, as primeiras atividades em educação a distância no Ifes datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão que iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então CEFETES-ES.

A primeira submissão de projeto para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) ocorreu em 2005, por meio de participação no Edital de Seleção UAB n° 1/2005-SEED/MEC, no qual foi submetido o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), a ser ofertado pelo campus Serra e que viria a ser o primeiro curso superior na modalidade a distância do Ifes.

Após a aprovação deste primeiro curso, foi criado o Centro de Educação a Distância –

Cead, vinculado à Diretoria de Ensino do CEFET-ES e responsável por todos os projetos e programas na modalidade a distância, em todos os níveis de ensino deste Centro Federal. Sendo que de 2006 a 2014 o Cead empreendeu diversas ações que alavancaram a EaD no Ifes, incluindo a oferta de cursos, produção de material didático e capacitação das equipes para atuação na EaD. Tendo como embasamento legal a Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Governo Federal, que define parâmetros e normas para a expansão dos Institutos Federais, por meio da Portaria 1602, de 11 de Agosto de 2014, o Cead se une ao programa de Educação em Ciências e Matemática (Educimat) e é transformado em **Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor)**. O Cefor apresenta como objetivos: apoiar a EaD e uso de tecnologias e trabalhar a formação de profissionais da educação. Entre 2015 e 2016, ocorreu a mudança da sede do Cefor para o bairro de Jucutuquara em Vitória, onde passou a funcionar em sede exclusiva. Ainda neste ano, foram ofertadas a pós-graduação *lato sensu* em Tecnologias Educacionais (totalmente institucionalizada, ou seja, sem fomento externo) e outros cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnico e Superior, também sem fomento externo.

Além disso, seguiu na oferta de cursos fomentados pelos programas Rede e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB), incluindo cursos técnicos do programa Profuncionário e Licenciaturas e Especializações. Houve, ainda, a oferta de um novo curso de pós-graduação *lato sensu* institucionalizado, a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores.

Foram oferecidos, em 2018, pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles os cursos de Educação e Ambiente; Inclusão e Educação Especial; Formação Docente para EaD; Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como Apoio ao Aprendizado de Matemática, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). No segundo semestre deste mesmo ano, ocorreu a primeira oferta sem fomento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

Em 2019, o Cefor recebeu a visita para realização do recredenciamento da modalidade EaD e, como resultado desta avaliação empreendida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ifes obteve o conceito máximo (5). A partir desse ano, o Cefor passou a construir uma identidade mais precisa e pôde, com isso, definir focos prioritários, tais como consolidar a modalidade a distância no Ifes e apoiar institucionalmente os campi e a Reitoria neste contexto.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como polos presenciais. Além de ter lançado a plataforma de cursos MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses) do Ifes. Esses cursos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% da nota total referente ao curso; e carga horária máxima de 60 horas (IFES, 2020).

Durante os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia do COVID 19, o Cefor manteve em funcionamento todos os seus cursos a distância (técnico, pós-graduações e FICs), além de promover a formação dos servidores do Ifes para atuarem no modelo de ensino remoto. No Ifes o ensino remoto foi denominado Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), sendo realizado preferencialmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle - que é gerenciado pelo Cefor.

Em 2020, o Cefor ofertou quatro cursos de Pós-graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância. E no ano de 2021 iniciou a oferta, pelo Cefor, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a distância, para os cursos de bacharelado e tecnólogo no Ifes (IFES, 2021).

Em 2022 e 2023 o Ifes ampliou as ofertas a distância em parceria com dois importantes Programas que vem impulsionando a oferta de cursos de Pós-Graduação na modalidade EaD no Ifes. O primeiro é o Curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), por meio de uma iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para o fortalecimento da formação de professores, com oferta de 6.200 vagas, em 2022. Em virtude da grande demanda, em 2023 foram ofertadas mais 3.500 vagas distribuídas entre 36 polos de apoio presencial localizados em todos os Estados e no Distrito Federal, oferta que encontra-se em andamento quando da escrita deste projeto. O segundo é o Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do qual o Ifes já ofertou diversos cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Pós-Graduação. E, no contexto da UnAC, ofertou entre 2022 e 2023 os cursos de Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva; Aperfeiçoamento em Internet das Coisas e, atualmente, está com a oferta da primeira turma do Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva.

Em 2024, a modalidade EaD está consolidada no Ifes e conta com a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. Alguns cursos são ofertados de forma institucionalizada e regular e outros sob demanda e por meio de parcerias com fomento externo. Além da oferta de cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos totalmente on-line, no formato de cursos MOOC.

Por fim, cabe ressaltar que as ofertas vêm se mantendo crescentes e encontram-se cada vez mais estruturadas, tanto no que se refere à metodologia da EaD, quanto no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das tecnologias digitais na educação.

2.3 Justificativa

Tendo em vista o direito à educação do ensino básico ao ensino superior (Brasil, 1996) e o crescente ingresso de pessoas com deficiência nos contextos educacionais, este curso pretende abordar temas, conhecimentos e práticas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem frente à chegada destes educandos nos diversos níveis de ensino. Para atender essa demanda crescente, tem se tornado uma necessidade formar profissionais que entendam o processo legal, teórico e prático das ações inclusivas frente ao cenário educacional brasileiro. Para tanto, o curso pretende fomentar discussões que possibilitem ações e práticas educativas frente ao público da Educação Especial Inclusiva.

O curso assume o compromisso de discutir os fundamentos filosóficos, legais, históricos e pedagógicos da Educação Especial, que tem sido uma exigência de uma sociedade cada vez mais inclusiva e atuante.

Retomar a história dessa modalidade de ensino e os avanços científicos que transformam a humanidade ao longo do tempo é um dos caminhos e desafios impostos. Assim sendo, o presente projeto aborda os fundamentos teóricos da aprendizagem e do desenvolvimento, queixas escolares, patologização e medicalização da aprendizagem, fundamentos filosóficos, históricos e legais da Educação Especial, conceitos como identidade, diversidade e barreiras atitudinais, as especificidades do público-alvo da Educação Especial, currículo e adequações curriculares, práticas pedagógicas inclusivas, avaliação, Atendimento Educacional

Especializado e acessibilidade e tecnologias.

Trata-se de uma demanda que se confirmou ao longo dos anos, na oferta pelo Cefor de dois cursos de Formação Inicial e Continuada em Inclusão e Educação Especial, de cinco ofertas semestrais do curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva e da oferta da primeira turma do curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva, em parceria com a Universidade Aberta Capixaba. Além da procura pelos referidos cursos, cabe ressaltar que no primeiro processo seletivo para o curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva, para o polo Cefor, tivemos 432 inscritos para 40 vagas.

2.4 Objetivo Geral

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial Inclusiva tem por objetivo formar e instrumentar teórica e prática os profissionais da educação e afins para atuarem junto à demanda de implementação efetiva da Educação Especial inclusiva a partir da análise crítica sobre os aspectos legais, psicossociais e pedagógicos que interferem no processo de escolarização e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial.

2.5 Objetivos Específicos

1. Apresentar fundamentos legais, teóricos e práticos sobre a Inclusão;
2. Refletir sobre a interface ensino e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial;
3. Analisar os processos de invisibilização e inclusão presentes no cotidiano escolar a partir das práticas pedagógicas;
4. Oportunizar grupos de trabalho com vistas ao aprimoramento das práticas educacionais inclusivas;
5. Analisar a produção de patologização da educação;
6. Compreender a interlocução entre a acessibilidade e as tecnologias;
7. Contribuir para a pesquisa e a aquisição de conhecimentos científicos na área da Educação Inclusiva;
8. Oportunizar grupos de trabalho com vistas ao aprimoramento das práticas educacionais colaborativas inclusivas.
9. Formar profissionais para trabalhar com a inclusão escolar a partir do atendimento educacional especializado.

2.6 Público-alvo

Profissionais graduados em qualquer área de conhecimento com foco em profissionais da educação, que atuem em qualquer nível de ensino, e que atendam às exigências previstas em edital.

2.7 Perfil do Egresso

Os egressos deverão demonstrar habilidade para atuar em contextos escolares e não escolares, voltados para Educação Especial Inclusiva, tendo em vista a legislação referente a esta temática.

O egresso poderá atuar diretamente no contexto escolar e em outros contextos educativos, utilizando estratégias e práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão de pessoas público da educação especial, compreendendo a diversidade como um valor fundamental, não como uma barreira, e garantindo os direitos destas pessoas em todos os níveis e formas de ensino.

2.8 Metodologia

O Curso será desenvolvido em três semestres, na modalidade a distância. Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle, no qual serão disponibilizados os materiais didáticos digitais, realizadas as aulas assíncronas (videoaulas) e as atividades de aprendizagem e avaliação. Além disso, o curso contempla aulas síncronas (realizadas ao vivo por meio de ferramentas de webconferência).

Os planos de ensino de cada componente curricular serão elaborados respeitando a proporção recomendada entre atividades síncronas e assíncronas de acordo com o Regulamento do Curso e do Regulamento de Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação do Ifes.

Os professores serão os responsáveis pelo planejamento e elaboração de conteúdos e atividades da disciplina e da sua implementação no Moodle, com o apoio de um designer educacional do Cefor. Além disso, também farão o acompanhamento dos alunos. Se necessário, contaremos com o apoio do Napne e Intérprete de Libras(Língua Brasileira de Sinais)/Língua Portuguesa do Cefor, de acordo com a demanda dos alunos PcD.

Os professores poderão prever em seus planos de ensino uma diversidade de atividades a serem realizadas em momentos síncronos e assíncronos, tais como:

2.8.1 Atividades Assíncronas

1. Leituras e Materiais de Estudo: disponibilização de textos didáticos digitais, artigos, e-books etc.
2. Fóruns de Discussão: participação em discussões assíncronas.
3. Atividades Práticas Individuais: exercícios e tarefas para serem realizados individualmente.
4. Atividades Práticas em Grupo: exercícios e tarefas para serem realizados em grupo por meio de recursos tecnológicos que permitam a escrita colaborativa.
5. Vídeos e Tutoriais Gravados: aulas gravadas para revisão e estudo individual.
6. Trabalhos em Grupo Online: colaboração assíncrona em projetos ou atividades em grupo.
7. Avaliações Online: questionários, quizzes, jogos e H5P, e outras ferramentas do Moodle ou disponíveis na web que possibilitem realizar avaliações de forma

assíncrona.

8. Produto educacional: desenvolvimento de um produto educacional ao final do curso.

2.8.2 Atividades Síncronas

1. Aulas Online ao Vivo: Palestras e apresentações interativas; discussões em tempo real, sessões de Perguntas e Respostas; Encontros para os alunos esclarecerem dúvidas.
2. Grupos de Discussão Síncronos: Debates em pequenos grupos durante as aulas; Apresentações de atividades; 2.8
3. Convidados Especiais: Palestrantes especialistas convidados para enriquecer o conteúdo.
4. Eventos Online: Participação em eventos acadêmicos ou lives.

2.8.4 Metodologia das aulas e mediação

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no AVA, além das atividades síncronas online. O atendimento ao aluno e a avaliação das atividades serão realizadas pelo professor da disciplina, por meio do AVA e webconferência, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

O atendimento a distância ao aluno e a avaliação das atividades serão realizadas pelo professor da disciplina, por meio do AVA e webconferência, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

O *feedback,* referente às atividades produzidas*,* será realizado no prazo de uma semana a partir da data prevista para o encerramento de cada atividade.

Os conteúdos, métodos, técnicas, recursos educativos e processos de avaliação serão adequados aos discentes com necessidades educacionais específicas de acordo com a avaliação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

2.9 Trabalho Final de Curso - TFC

O Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva prevê a elaboração de um Trabalho Final de Curso (TFC), para ser desenvolvido no prazo máximo de 6 (seis) meses.

O TFC constitui-se numa atividade científica de sistematização do conhecimento e a construção de um produto educacional, constituindo-se requisito obrigatório para a integralização curricular do estudante e focalizará um tema ligado ao conteúdo do Curso, em consonância com seus objetivos.

O produto educacional deve ser compreendido como uma produção técnica resultante do trabalho de pesquisa, com vistas a contribuir para promover mudança e melhorias no contexto educacional. A documentação do mesmo poderá ser formalizada por meio de um relatório técnico ou no formato de artigo.

É importante destacar que o Produto Educacional seja considerado como um protótipo, uma vez que não se configura e nem deve ser visto como uma prescrição, como algo pronto e acabado. Ao contrário, o Produto Educacional, sob essa perspectiva, mesmo que tenha sido desenvolvido e aplicado no percurso da pesquisa, configura-se como uma produção que permite mudanças, flexibilidade, interatividade, a depender do contexto, dos interesses daquele que irá aplicá-lo, desenvolvê-lo, replicá-lo.

O TFC deve seguir as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos do Ifes, bem como deverão ser depositados pelo discente no Repositório Institucional do Ifes (RI), sob a supervisão e com anuência do orientador, de acordo com a regulamentação institucional.

2.10 Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

O processo avaliativo de cada componente curricular será realizado de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, planejado e executado pelo docente responsável, e expresso mediante os critérios estabelecidos no Regulamento do Curso, respeitando-se as orientações do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. E, os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, numa escala de zero a cem pontos.

Para fins de recuperação do resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pelo professor dentro da previsão de fechamento das pautas, conforme calendário acadêmico.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de atividades no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, que será a média aritmética entre a nota das atividades regulares com a nota da recuperação.

Os alunos que não atingirem nota superior a 60 serão desligados do curso, conforme regulamento.

A frequência está baseada na realização das atividades constantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem e das avaliações a distância. Sendo o acompanhamento dos acessos dos estudantes e registros das notas realizadas pelos professores.

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançar no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou em outras ferramentas digitais associadas a este.

A certificação do curso será concedida aos estudantes que obtiverem aprovação em todos os componentes curriculares previstos e realizarem a apresentação do Trabalho Final de Curso, atenderem todas as exigências do Regulamento interno do Curso e do Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

Desta forma, ao final do curso, torna-se obrigatório o depósito do trabalho produzido no âmbito desta Pós-Graduação no Repositório Institucional do Ifes para que o aluno possa solicitar seu certificado.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação do Ifes (CPA) e também promovida pela Coordenação do Curso por meio de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada componente curricular. Os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

2.11 Infraestrutura

O curso será oferecido pelo Cefor em conformidade com o planejamento estabelecido junto à coordenação de ensino. As aulas serão ministradas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle. Assim, por se tratar de um curso na modalidade EaD, destacamos a infraestrutura física e digital.

2.11.1 Instalações gerais e equipamentos

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a Plataforma Digital Moodle (https://ava3.cefor.ifes.edu.br/). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais (CGTE) e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação (CGTI), que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, os servidores do Cefor ficarão responsáveis pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso, bem como será o responsável pela gestão pedagógica e acadêmica do mesmo.

2.11.2 Biblioteca Virtual

Os alunos terão acesso às bibliotecas virtuais do Ifes para acesso a material bibliográfico de qualidade em formato digital, compatível com as necessidades do curso. As informações sobre acesso estão disponíveis na página da Biblioteca do Cefor (https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais).

A biblioteca, acessada por meio do AVA Moodle, conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais que são a Biblioteca Virtual Pearson e a Minha Biblioteca, que permitem o acesso, 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet.

Ainda no que se refere a bibliotecas, é disponibilizado o serviço de acesso às normas

da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI) do Ifes, disponível no endereço https://repositorio.ifes.edu.br/, que é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer *download*, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

2.11.3 Material Didático Digital

Além do material bibliográfico disponível nas bibliotecas virtuais, o material didático específico para o curso será disponibilizado eletronicamente no Moodle do Ifes, em diversos formatos, de acordo com a proposta de cada componente curricular.

Esses materiais serão produzidos pelos professores responsáveis pelas disciplinas, com o apoio da CGTE, de acordo com o fluxo e orientações deste setor e respeitando os requisitos de acessibilidade recomendados.

Estão entre os principais materiais previstos para o curso:

- Videoaulas produzidas pelos professores.
- Livros Digitais produzidos pelos professores no Moodle.
- Apresentações multimídia com conteúdo interativo em H5P no Moodle.
- Slides interativos (por exemplo, Google Slides, Microsoft PowerPoint, Prezi e outros softwares de apresentação não lineares).
- Vídeos Educativos.
- Infográficos.
- E-books.
- Jogos digitais educativos.
- Podcasts Educativos.
- Textos didáticos em pdf.

Para garantir a acessibilidade comunicacional, os materiais didáticos produzidos pelo Cefor contarão com tradução em Libras, legenda em português para surdos usuários de língua portuguesa e audiodescrição para com deficiência visual e, também, demais adequações necessárias para alunos público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva. Nos momentos síncronos será disponibilizado recurso adequado para garantir a participação dos alunos com deficiência.

2.12 Ações Afirmativas para ingresso e permanência

As Ações Afirmativas consistem em políticas públicas relacionadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente e voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade (RIBEIRO et al., 2016). No caso dos cursos de pós-graduação, diferentemente do que ocorreu em outros níveis de ensino (ensino médio e graduação), não existe uma legislação federal que regulamenta de forma unificada a política de cotas, respeitando-se a autonomia dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior, delegando a elas a criação destas a implantação destas ações (VENTURINI, 2017), conforme a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2016).

Nos cursos de pós-graduação do Ifes, as ações afirmativas seguem a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 e a Lei 14.723/23, que atualiza a Lei de Cotas no ensino federal, bem como as Resoluções do Conselho Superior do Ifes e suas atualizações.

O Instituto Federal do Espírito Santo regulamentou, em 2017, as ações afirmativas para inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos e programas de Pós-graduação por meio da Resolução CS nº 10/2017. Também foi instituída a Comissão Permanente de Ações Afirmativas na Pós-graduação do Ifes (CPAA-Pós), que elabora documentos com recomendações relativas à reserva de vagas discentes e o acesso dos candidatos público-alvo dessas ações. A CPAA-Pós tem acompanhado o trabalho da Diretoria de Pós-graduação na revisão de editais dos processos seletivos e a publicação destes no sítio institucional, com tradução para Libras, as adequações nos projetos pedagógicos e regulamentos de cursos, além de assessorar as coordenações de curso sempre que necessário (CARVALHO; MELO, 2019).

De acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 10/2017, do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo fica reservado o mínimo de 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas e 5% das vagas para candidatos com deficiência. As categorias preto, pardo e indígena serão definidas conforme as classificações utilizadas pelo IBGE e a categoria pessoa com deficiência será definida conforme o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 que considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual e/ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Essas categorias são discriminadas no Decreto Federal nº 3.298/1999 em seus artigos 3º e 4º, este último com a redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296/2004. Os candidatos que optarem pela reserva de vagas previstas farão sua opção no ato da inscrição, indicando apenas uma das modalidades de reserva de vagas. Os candidatos às vagas PPI e PcD serão convocados por comissões específicas do Instituto Federal do Espírito Santo para verificação da afirmação contida nos documentos de autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, seguindo as orientações da Comissão Permanente de Ações Afirmativa da Pós-graduação (CPAA-Pós/Ifes). O procedimento de verificação da afirmação contida na autodeclaração étnico-racial, conhecido como procedimento de heteroidentificação seguirá as orientações da Comissão Permanente de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (CPVA/Ifes).

2.12.1 Napne – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas

Os Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - Napnes são núcleos instituídos nos campi do Ifes, formados por servidores de diversas áreas, que trabalham para desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Algumas das atribuições dos Napnes são: identificar os alunos com necessidades específicas e orientá-los sobre seus direitos; contribuir para a promoção do atendimento educacional especializado e orientar a respeito dele; promover a sensibilização sobre o tema; colaborar na promoção da acessibilidade; e contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das tecnologias assistivas.

Conforme o Decreto Nº 7.611/11, entende-se como atendimento às pessoas com necessidades específicas, as ações que contribuem para a equidade de condições de acesso, permanência e saída com êxito dos discentes público-alvo da Educação Especial - pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 55/2017, em seu Art. 1º, entende-se por “Aluno com Necessidades Específicas” o equivalente previsto em legislação educacional por “aluno público-alvo da Educação Especial”, a saber:

I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;

III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Os estudantes com necessidades específicas poderão ser identificados no processo seletivo (quando o candidato assinalar esta opção), de forma espontânea quando o próprio estudante apresenta a demanda à instituição, ou quando servidores ligados diretamente aos setores de ensino perceberem alguma particularidade. Em todos os casos, após a identificação, o Napne articulará, com os profissionais do setor pedagógico, docentes e servidores, a realização do acolhimento inicial e avaliará as demandas e procedimentos a serem adotados. O atendimento ao discente com necessidade específica será realizado de forma integrada, considerando as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Superior do Ifes nº 34/2017 e nº 55/2017 e a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Os estudantes com necessidades específicas em cursos EaD também estão amparados pela Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 47/2014 que instituiu a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Ifes.

O Napne do Cefor (napne.cefor@ifes.edu.br) é composto por uma equipe multidisciplinar composta por servidores docentes, técnicos em assuntos educacionais e tradutores e intérpretes de Libras. Para fins de acessibilidade arquitetônica e estrutural em caso de encontros presenciais, o Cefor está situado em um terreno plano

e possui rampa de acesso ao piso superior, bem como elevador para acesso aos andares superiores. No auditório a acessibilidade se dá por meio de portas largas e espaço para cadeiras de roda. O prédio conta com rampa de acesso a banheiro adaptado.

No curso de Pós-graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva, havendo demanda de estudantes público-alvo da educação especial, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e as Resoluções Ifes nº 34 e 55/2017, serão contratados tradutores e intérpretes de Libras e um professor de Atendimento Educacional Especializado. Importante destacar que por ser um curso a distância, por meio de plataforma digital e materiais pedagógicos digitais, serão produzidos e disponibilizados materiais em formatos acessíveis, como audiodescrição de imagens, vídeos, tradução do material para Libras e outros, em conformidade com a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Para o Atendimento Educacional Especializado, caso haja necessidade, será desenvolvida uma Sala Virtual de Atendimento Extraclasse para acompanhamento dos estudantes com demandas específicas.

Além do que é previsto na Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014), nas Resoluções do Conselho Superior n° 34 e 55/2017 e nos demais documentos institucionais, o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no curso de Pós-graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva envolverá as seguintes ações:

- identificar o aluno com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;

- garantir todos os recursos de acessibilidade ao aluno com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;

- informar aos alunos sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;

- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;

- discutir, incentivar e apoiar o aluno sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao aluno, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de Educação Especial;

- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o aluno esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria n° 34 e 55 (2017);

- orientar professores e demais profissionais de apoio do curso sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado.

- Promover a escuta pedagógica, além de encontros e diálogos com os estudantes sobre Ações Afirmativas;

- garantir o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência;

- abordar conteúdos relacionados à inclusão e à acessibilidade digital na EaD nas disciplinas do curso.

2.12.2 Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - Neabis são núcleos de caráter especializado, instituídos nos campi do Ifes, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na área da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ifes. Os Neabis são constituídos de forma interdisciplinar e agregam profissionais que trabalham nesta temática e têm a missão de garantir o cumprimento da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais desenvolvida pelo Ifes, por meio da Resolução CS Nº 202/2016, a qual estabelece o levantamento, o resgate e a promoção de ações e atividades em cumprimento ao disposto em lei, pelos campi, a partir da sua sistematização no âmbito institucional.

O Ifes, por meio da Resolução CS 27/2020, define o regimento do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi). Nesta resolução, o "Neabi tem por finalidade desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural" . A partir da interlocução com esse Núcleo serão desenvolvidas ações para promover a permanência e saída com êxito desses alunos.

O Neabi do Cefor (neabi.cefor@ifes.edu.br) é composto por servidores docentes e técnicos-administrativos, no intuito de garantir a participação democrática e a representatividade, fundamental para a efetiva implementação das Leis Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.711/2012, buscando o fortalecimento da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais do Ifes e da Política de Ações Afirmativas no âmbito da educação brasileira.

2.12.3 Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades – Nepgens têm seu funcionamento regulamentado pela Resolução Consup/Ifes Nº 35 de 16 de julho de 2021. O Nepgens do Cefor (nepgens.cefor@ifes.edu.br) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e a toda discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. Busca-se, assim, gerar condições para a permanência, participação, aprendizagem e conclusão com aproveitamento e plena dignidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, para pessoas de todas as manifestações de gênero e expressões de sexualidades; contribuindo, dessa maneira, para a inclusão e a formação de cidadãs(os) éticas(os) e solidárias(os) que praticam a cooperação e repúdio às injustiças.

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

3.1 Corpo Docente do Curso

Nome	Josino Lucindo Mendes Júnior		Titulação Máxima[1]	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8475747431645436	

Resumo do Currículo Lattes

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (1992), pós graduação "Latu Sensu" em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (1995) e Mestrado em Ensino da educação Básica pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu modalidade Profissional do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (2016). Participa do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFES/ES campus CEFOR. Exerce o cargo de Professor Efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES/ES) campus CEFOR, onde ministra disciplinas para o curso de Pós Graduação Aperfeiçoamento em Formação Docente em EAD. Nos últimos cinco anos tem focado pesquisas em assuntos que tratam sobre recursos metodológicos de ensino e aprendizagem de geometria espacial para alunos com baixa visão, o desenvolvimento e uso de tecnologias assistivas para o ensino e a aprendizagem da matemática, temas relacionados a Educação Matemática Inclusiva e Formação Docente para a Educação a Distância.

Nome	Sanandreia Torezani Perinni		Titulação Máxima[1]	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes/ Santa Teresa		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/7401761001831492	

Resumo do Currículo Lattes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo,atuando nos cursos técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e pós-graduação - especialização. Atuou como Diretora de Ensino no Ifes Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES de fevereiro de

2015 a 2019. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão-GEPEI-UFES.

Nome	Lidiane Leite Vasconcelos		Titulação Máxima[1]	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/3118461418563683	

Resumo do Currículo Lattes

Mestre em Psicologia Institucional e graduação em Psicologia pela Ufes. Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), com lotação no Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CEFOR). Leciona nos cursos de Pós-Graduação em Práticas Pedagógicas e de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais e no curso de Formação Continuada "Aprendizagem, (Des) Patologização e Inclusão". É vice-líder do grupo de pesquisa Labtec (Laboratório de Tecnologias Educacionais) do Ifes.

Nome	Sirley Trugilho da Silva		Titulação Máxima[1]	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes /Vitória		Cargo	Técnico Administrativo (Psicóloga)
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	9h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4910724686184736	

Resumo do Currículo Lattes

Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Professora colaboradora no curso de Pós-Graduação em Informática na Educação (Ifes/Uab); Professora da Faculdade de Tecnologia Faesa. Licenciada em Letras-Inglês; Bacharel, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua na área de Psicologia e Educação, pesquisando principalmente nas áreas de: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Educação Especial.

Nome	Larissy Alves Cotonhoto	Titulação Máxima	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria	Cargo	Professor EBTT

Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	8h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319	

Resumo do Currículo Lattes

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Participou do Observatório Nacional de Educação Especial e do Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo. Atualmente é professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, lotado no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - CEFOR. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância. Pesquisa temas como: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, inclusão, autismo, deficiência intelectual, EaD, acessibilidade e tecnologias educacionais. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Design Educacional e Inclusão - GEDI.

Nome	Dulcileia Marchesi Costa		Titulação Máxima	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Docente EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		CH dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/7208473596641602	

Resumo do Currículo Lattes

Doutora em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Mestra em Biologia Animal pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Especialista em Práticas Pedagógicas para Professores pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Especialista em Gestão Pública pelo Ifes, Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva pelo Ifes e graduação em Ciências Biológicas pela Ufes. É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) do Ifes e atua como professora formadora e professora mediadora ou tutora de cursos a distância do Ifes. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Tecnologia do Cefor/Ifes. Foi Coordenadora Geral de Ensino Cefor-Ifes, Coordenadora de Extensão do Cefor-Ifes, Coordenadora do Programa de Apoio à Extensão (PAEX) da Pró-reitoria de Extensão do Ifes, e Diretora de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Ifes - campus Nova Venécia. Foi coordenadora de cursos na modalidade a distância: Pós-graduação Aperfeiçoamento em Formação Docente para Educação a Distância do Ifes,

Pós-graduação Aperfeiçoamento em Design Educacional, Formação Inicial e Continuada (FIC) Formação de Professores para Educação a Distância, FIC Formação de Tutores para Educação a Distância e FIC Formação de Orientadores de Trabalho de Conclusão Final em Cursos EaD. Experiência nas áreas de Educação a Distância, Tecnologias Educacionais, Metodologias Ativas, Inclusão Escolar, Gestão Ambiental, e Criação e Manejo de Unidades de Conservação.

3.2 Corpo Técnico do Curso

Nome	Alessandro Poleto Oliveira		
UA (lotação)	Ifes/Cefor	Cargo	Pedagogo
Regime de Trabalho 30h; 40h; DE	40h	Carga horária dedicação ao curso	4h

Nome	Luciano Rodrigues Valin		
UA (lotação)	Ifes/Cefor	Cargo	Datilógrafo de textos gráficos
Regime de Trabalho 30h; 40h; DE	40h	Carga horária dedicação ao curso	4h

4. Matriz Curricular

4.1 Componentes Curriculares ou Disciplinas

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Nome do Professor(a) Responsável	Obrigatória ou Optativa/ Presencial ou a Distância	Carga Horária Presencial	Carga Horária EaD
2025/1 Módulo 1	Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem	Josino Lucindo Mendes Júnior	Obrigatória EaD	0h	30h
	Fundamentos da Educação Especial	Sanandreia Torezani Perinni	Obrigatória EaD	0h	60h
	Desenvolvimento e Aprendizagem	Lidiane Leite Vasconcelos	Obrigatória EaD	0h	60h

2025/2 Módulo 2	Público da Educação Especial	Sirley Trugilho da Silva	Obrigatória EaD	0h	75h
	Práticas Pedagógicas na Educação Especial	Larissy Alves Cotonhoto	Obrigatória EaD	0h	60h
	Tópicos Especiais em Educação Especial	Lidiane Leite Vasconcelos	Obrigatória EaD	0h	45h
	Produção científica	Dulcileia Marchesi Costa	Obrigatória EaD	0h	30h
2026/1 Módulo 3	Trabalho Final de Curso	Larissy Alves Cotonhoto	Obrigatória EaD	0h	60h
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				0	420h
Total de Carga Horária de Disciplina(s) Optativa(s) a ser cumprida					0
Carga Horária Total do Curso					420h

4.2 Ementário

Nome Componente ou Disciplina: **Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem**	
Carga Horária[1]: 30h	Obrigatória
Objetivos	
● Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. ● Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. ● Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. ● Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. ● Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.	
Ementa	
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.	
Conteúdo	
● Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD); ● Legislação para EaD; ● Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas; ● Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle; ● Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum;	

[1] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

- Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[2]

MILL, Daniel (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 out. 2024.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Educação a distância**: a educação digital em um mundo em transformação. 1. ed. [S.l.]: Processo, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 out. 2024.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 out. 2024.

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.** Florianópolis: IFSC, 2016.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

[2] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 01 out 2024.
Bibliografia Complementar[7]
MORETTO, Milena (org.). **A educação a distância na contemporaneidade**: perspectivas e impasses. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 out. 2024. BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 out 2024. MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p. PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: **Fundamentos da Educação Especial**	
Carga Horária[3]: 60h	Obrigatória
Objetivos	
● Apresentar as concepções atuais sobre Inclusão, Educação Inclusiva e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e conceitos como identidade, alteridade, diferença, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais. ● Discutir a história da Educação Especial no Brasil e no mundo. ● Compreender os aspectos legais e suas contribuições no acesso, na permanência, na aprendizagem e na participação de estudantes da educação especial no cotidiano acadêmico. ● Conhecer as políticas públicas que regulamentam a inclusão dos sujeitos com deficiência no cotidiano acadêmico e asseguram o direito à educação.	
Ementa	
Educação e exigência ética de uma mudança de paradigma nas sociedades. Conceitos como identidade, alteridade, diferença, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais. Os marcos legais da Educação Especial inclusiva em momentos históricos diferenciados no mundo e no Brasil. As legislações específicas de cada público da educação especial como mecanismo que visa assegurar o direito à educação.. Políticas públicas para a Educação Especial. Interface entre diferentes áreas de conhecimento.	
Conteúdo	

[3] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

- A história da deficiência e da Educação Especial no mundo e no Brasil: aspectos históricos e legais.
- As políticas públicas e a legislação em educação especial como mecanismos que asseguram o direito à educação dos sujeitos da educação especial.
- Fundamentos políticos, culturais e sociais relacionados à Educação, à Inclusão e à Ética na educação especial inclusiva: identidade, diferença, alteridade, desigualdade, diversidade, barreiras atitudinais, acessibilidade, desenho universal.
- A contribuição de diferentes áreas de conhecimento no campo da Educação Especial.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[4]

ANGELUCCI, C.B. Medicalização das Diferenças Funcionais – continuismos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr. 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2745/2521. Acesso em: set.2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

[4] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: set.2024.
BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: ago. 2024.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto2015.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em set.2024.
BUENO, J. G. S. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva /2010. BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2013.
CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a organização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.
CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 2010 JANNUZZI, Gilberta (org.). Educação Especial. 1989.
GARCIA, R.M.C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2006, v.12, n.3, p.299-316. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n3/01.pdf. Acesso em: ago.2024.
KASSAR, M. de C.M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.41-58, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/05.pdf. Acesso em: jul.2024.
KUHNEN, R. T. A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016). Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.3, p.329-344, Jul.-Set., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n3/1413-6538-rbee-23-03-0329.pdf. Acesso em: set.2024.
MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2005.
MENDES, E.G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, v.22, n.57, mayo-agosto, 2010. Disponível em https://histogeo.com.br/sistema1/arquivos/imagens/histogeo/breve-historico-educacao-especial.pdf. Acesso em: set.2024.
MIRANDA, A.A.B. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de História da Educação, v.7, p.29-44, jan/dez 2008. Disponível em http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880. Acesso em jul.2024.
RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.) Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, D. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
BRASIL. Consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016. MEC/SEC-Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2016. Disponível em: https://gedh-uerj.pro.br/documentos/2016_mec_secadi_consolidacao_inclusao_escolar_brasil-pdf/. Acesso em: set.2024
BRASIL. Saberes e Práticas da inclusão: recomendações para construção de escolas inclusivas. 2ª ed. MEC/SEESP, Brasília, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Documento Orientador. Brasília: MEC, 2005.
Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf. Acesso em: set.2024.

Nome Componente ou Disciplina: **Desenvolvimento e Aprendizagem**	
Carga Horária[5]: 60h	Obrigatória

Objetivos

- Apresentar e discutir as concepções atuais sobre desenvolvimento humano, deficiência e as possibilidades educativas.
- Analisar as noções de normalidade e patologia no campo de estudos da deficiência e os impactos do normocentrismo e do capacitismo no processo de escolarização.
- Compreender o enfrentamento das diferentes barreiras na escola como estratégia educativa.

Ementa

Desenvolvimento humano: desenvolvimento típico e atípico. A noção de compensação da deficiência e o papel da mediação pedagógica. A deficiência: diferentes concepções. Normalidade e patologia. Normocentrismo e capacitismo. Possibilidades educativas: o enfrentamento das diferentes barreiras na escola. A interface entre Educação e Saúde no processo de escolarização da pessoa com deficiência.

Conteúdo

- Desenvolvimento e aprendizagem nas principais correntes teóricas
- As diferentes concepções da deficiência: modelo metafísico, modelo médico, modelo social.
- As concepções de normalidade e patologia no campo de estudos da deficiência.
- Possibilidades educativas: o enfrentamento das diferentes barreiras na escola.

Metodologia e Recursos Utilizados

[5] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas no AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[6]

ANGELUCCI, Carla Biancha. Medicalização das diferenças funcionais–continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. **Nuances:** estudos sobre Educação, v. 25, n. 1, p. 116-134, 2014.

DINIZ, Debora. Deficiência e Políticas Sociais: Entrevista com Colin Barnes. **SER social**, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013.

LEANDRO MASCARO, Alysson. Canguilhem: saúde, doença e norma. **Veritas**, v. 65, n. 1, 2020.

LIMA, Eloisa Barcellos de et al. **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. 2020.

MARTÍNEZ, Albertina M.; REY, Fernando G. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia)**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. *E-book.* ISBN 9788524925894. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925894/. Acesso em: 30 set. 2024.

ROSSATO, Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, G. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. *E-book.* ISBN 9788572448581. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788572448581/. Acesso em: 30 set. 2024.

ROSSATO, Nelson Piletti, Solange M. **Psicologia da aprendizagem**: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Editora Contexto, 2011. *E-book.* ISBN 9786555413106. Disponível em:

[6] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555413106/. Acesso em: 30 set. 2024.
TUNES, Elizabeth; PRESTES, Zoia. **A defectologia de Lev Semionovitch Vigotski, fio condutor da teoria Histórico-Cultural**. VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Problemas de defectologia. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2021.
VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da Defectologia**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2021.
VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Sete aulas de LS Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

Bibliografia Complementar

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial** – Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva [recurso eletrônico]. São Paulo, SP : Cengage, 2016. [Minha Biblioteca].
CASTORINA, José A.; BAQUERO, Ricardo J. **Dialética e psicologia do desenvolvimento:** o pensamento de Piaget e Vygotsky. Porto Alegre: ArtMed, 2007. *E-book.* ISBN 9788536317441. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317441/. Acesso em: 30 set. 2024.
CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Claudia Rodrigues de. **Fármacos, remédios, medicamentos**: O que a educação tem com isso?. 2021.
FABRIS, Eli Terezinha H.; KLEIN, Rejane R. **Inclusão e biopolítica**. São Paulo: Autêntica Editora, 2013. *E-book.* ISBN 9788582171417. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171417/. Acesso em: 30 set. 2024.
SAFATLE, Vladimir. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiae Studia**, v. 9, p. 11-27, 2011.
PRESTES, Zoia. **Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil**. Autores Associados, 2021.
LOPES, Maura C.; FABRIS, Eli Terezinha H. **Inclusão & Educação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2013. *E-book.* ISBN 9788582171172. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171172/. Acesso em: 30 set. 2024.
OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2022. *E-book.* ISBN 9786555414486. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555414486/. Acesso em: 30 set. 2024.

Nome Componente ou Disciplina: **Público da Educação Especial**	
Carga Horária[7]: 75h	Obrigatória

Objetivos

- Caracterizar o público da Educação Especial (Deficiência Intelectual, Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Física, Deficiência Múltipla; TEA e AH/SD) em seus aspectos biopsicossociais.

[7] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

● Conhecer as especificidades (impedimentos e potencialidades), para possibilitar o processo de identificação e desenvolvimento de intervenções pedagógicas adequadas; ● Entender as demandas de apoio do e para o público da educação especial para escolher a tecnologia assistiva adequada.
Ementa
O público da Educação Especial: Deficiência intelectual, motora, sensorial, múltipla, Transtorno do Espectro Autista e Altas habilidades e superdotação. Os processos de avaliação para identificação do público. Desenvolvimento de intervenções pedagógicas adequadas.
Conteúdo
● Os sujeitos público da Educação Especial e os processos de avaliação. ● As deficiências, o Transtorno do Espectro Autista e as Altas Habilidades e superdotação. ● Apoios e Intervenções pedagógicas adequadas.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica[8]
AMARAL, L. A. **Conhecendo a Deficiência**. Editora Blucher, 2022. ISBN 9786555064674.

[8] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
BAGGIO, M. A.;CASA NOVA, M. da G. **Libras**. Editora Intersaberes, 2017. 146 p. ISBN 9788544301890.
BRASIL.Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2008.
CORREIA, P. da H.; NEVES, B. C. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e10/ 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984686X27435. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27435. Acesso em: 3 out. 2024.
FERNANDES, A. P. C. dos S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. Revista da FAEEBA - **Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 26, n. 50, p. 77–89, 2017. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2017.v26.n50.p77-89. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4263. Acesso em: 3 out. 2024.
GARCIA, R. M. C. BARCELOS, L. G. de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Rev bras educ espec** [Internet]. 2021;27(Rev. bras. educ. espec., 2021 27). Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0170
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
MENDONÇA, L.; CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Contribuições das atividades de enriquecimento curricular no desempenho cognitivo e acadêmico de estudantes com altas habilidades/superdotação. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 27, n. 1, set. 2023. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/78927>. Acesso em: 03 out. 2024. doi:http://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i1.78927.
PAN, Miriam. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. 1 recurso online. (Inclusão escolar). ISBN 9788522704309.
SCHMIDT, Carlo; SILVESTRE DE PAULA, Cristiane (org.). **Transtorno do espectro autista**: Pesquisas na saúde e na educação. 1. ed. Campinas: Papirus, 2024. 1 recurso online. (Série Educação Especial). ISBN 978-65-5650-182-6.
TOMAZELI, L. **Educação Inclusiva Aplicada às Deficiências**: Visual, Auditiva, Fi´sica e Intelectual. Contentus, 2020. 91 p. ISBN 9786557451472.
VILELA, L.V.O.; BERNARDES, L.C.G.; CRISPIM, M.A.;
MARCELINO, M.A. **Proposta de aprimoramento do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado** – IFBrM. Mimeo: Brasília/DF, 2023. Disponível em: http://ampid.org.br/site2020/ifbrm-aprimorado/
VIRGOLIM, A. M. R.; Konkiewitz, E. C. **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**: Uma visão multidisciplinar. Papirus Editora, 2022. 480 p. ISBN 9788544902882.

Bibliografia Complementar

CAETANO, M. C.; ALMEIDA, A. C. **Surdos e deficientes auditivos numa perspectiva cultural** – uma “divisão” social. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, e679108189, 2020
CARDOSO, A. A.; NOGUEIRA, M. L. M. **Atenção interdisciplinar ao autismo**. Belo Horizonte: Ampla, 2021.
FARIAS, T. M. C de et al. **Conhecimento, práticas e atitudes sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação e na saúde**: uma revisão. In: SEABRA, A. G et al. (Org) Estudos interdisciplinares em saúde e educação nos distúrbios do desenvolvimento [livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, p. 37-50, 2020. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2020/Estudos-Interdisciplinares-em-Educac%CC%A7a%CC%83o...-vera%CC%83o-final.pdf#page=37
LUSTOSA, A. V. M. F. . A expressão da subjetividade no contexto da educação inclusiva: complexidade e desafios . **Obutchénie**. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 114–134, 2019. DOI: 10.14393/OBv3n1.a2019-50593. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50593. Acesso em: 3 out. 2024.
MANZINI, E. J. **Política de Educação Especial**: considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento. RPGE - Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 810-824, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11914/7797.
NAKANO, T. de C.; ROAMA-ALVES, R. J. **Dupla excepcionalidade**: altas habilidades/superdotação nos transtornos neuropsiquiátricos. Vetor Editora, 2021. 284 p. ISBN 9786586163896.
NEGRINI, T. **Altas Habilidades/Superdotação: conceitos e características.** In: PAVÃO, A. C. O.; SILVA, A.M. da; REBELO, A. S. Indicadores de matrículas de alunos com deficiência intelectual no Brasil. Debates em Educação. Maceió, vol. 14, n 35, Maio/Ago, p.482-499, 2022. Acesso em: DOI https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14n35p482-499
VALENTINI, C. B. et. al. **Educação e deficiência visual**: uma revisão de literatura. Revista Educação Especial, vol. 32, 2019, Janeiro, pp. 1-20

Nome Componente ou Disciplina: **Práticas Pedagógicas na Educação Especial**	
Carga Horária[9]: 60h	Obrigatória
Objetivos	
● Apresentar e problematizar o papel do currículo na educação especial inclusiva. ● Conhecer o Design Universal de Aprendizagem (Educabilidade Universal). ● Discutir a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência. ● Conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e debater sobre as atribuições do professor de AEE. ● Compreender o Planejamento Educacional Acessível.	
Ementa	
O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares. Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. Adequações curriculares e metodológicas. Avaliação no	

[9] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

processo ensino-aprendizagem. Conceitos básicos. Práticas avaliativas: diagnóstico, da aprendizagem e processual. O atendimento educacional especializado.

Conteúdo
● O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares ● Acessibilidade curricular, metodológica e Tecnologia Assistiva ● Práticas pedagógicas inclusivas ● Avaliação da aprendizagem ● O atendimento educacional especializado
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica[10]
ANACHE, A. A; RESENDE, D. A.R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 66, p. 569-591, Sept. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216630. BRAUN, P.; VIANNA, M. M.. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In.: PLETSCH, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

[10] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

DUARTE, Márcia Marília Teixeira Alves de Souza; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Acessibilidade curricular para estudantes com deficiência: contextualização e reflexões com base na legislação brasileira (1988-2020). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021. **Anais** [...]. [S.l.: s.n.], 2021.

JESUS, D. M; VIEIRA, A. B; EFFGEN, A. R. S. Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da inclusão escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 61 – 80, maio/ago. 2015. Disponível em:< http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19847238163120150 61>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C.. Currículo em educação especial: tendências e debates. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 17, p. 125-137, June 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2018. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.224.

Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tárcia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK "http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"tora/formacao.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F.F.; ORLEANS, L. F. **A diferenciação curricular e o Desenho Universal na Aprendizagem como princípios para a inclusão escolar.** Rev. Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 35, p. [10] 264-281, jul. 2017. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/3114/1662.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). *In:* **SCIELO** - Scientific Electronic Library Online. São Paulo, 18 dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?lang=pt.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G.; Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, volume 22, número 2, abril - junho 2018. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207

Nome Componente ou Disciplina: **Tópicos Especiais em Educação Especial**	
Carga Horária[11]: 45h	Obrigatória

Objetivos

- Conhecer as dimensões contemporâneas da deficiência, identificando desafios e oportunidades para a inclusão profissional de pessoas com deficiência.
- Conhecer e compreender criticamente os discursos e as práticas que envolvem a produção dos transtornos: medicalização da subjetividade.
- Compreender as propostas de terminalidade específica e certificação diferenciada, discutindo e avaliando sua aplicabilidade.
- Elaborar e adaptar estratégias de enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades/superdotação, visando potencializar suas capacidades e promover seu desenvolvimento integral no ambiente escolar.
- Desenvolver estratégias para promoção e fortalecimento da parceria entre escola e família no âmbito da educação especial inclusiva, instituindo a colaboração no processo educativo.

Ementa

Dimensões contemporâneas sobre a deficiência e o mundo do trabalho. Possibilidades de parceria escola-família na educação especial inclusiva. Propostas de terminalidade específica e certificação diferenciada. Diferentes estratégias para o enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades/superdotação.

Conteúdo

- Desenvolvimento e aprendizagem: novos olhares.
- A produção dos transtornos: medicalização da subjetividade.
- Conceitos e tipos de acessibilidade.
- Tecnologias para a educação especial.
- Enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades/superdotação.
- Terminalidade específica e certificação.
- Deficiência e mundo do trabalho.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas no AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100

[11] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

pontos).
A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[12]

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A invenção dos distúrbios de aprendizagem. In: CHACON, Miguel Claudio Moriel; MARIN, Maria José Sanches (org.). **Educação e saúde de grupos especiais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 185-197.

DELOU, C.M.C. **Políticas públicas para a educação de superdotados no Brasil**. Disponível em: http://www.aspat.kit.net/politicaspublicascdelou.pdf.

DAMASCENO, A. R.; PEREIRA, A. S. VIEGAS, M. A. S. Família, escola e educação especial: diálogos crítico-inclusivos sobre as experiências de uma escola pública na contemporaneidade. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 56, p. 70-81, 2021.

OLIVEIRA, W. M. de .; DELOU, C. M. C. . A Regulamentação da Terminalidade Específica nos Institutos Federais. **Anais** do Encontro Nacional sobre Inclusão Escolar da Rede Profissional Tecnológica (ENIERPT), *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierpt/article/view/3149. Acesso em: 8 out. 2024.

OZAKI DO ESPÍRITO SANTO, H.; RODRIGUES DE BARROS LOBO, R. Desafios encontrados para acessibilidade e inclusão na educação. **Revista Ciência em Evidência**, *[S. l.]*, v. 4, n. FC, p. e023007, 2023. DOI: 10.47734/rce.v4iFC.2372. Disponível em: https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/cienciaevidencia/article/view/2372.

BORGES, Rosimeire A. S.;, MARTINS, Sendy C. P. M.; ASSIS, ZaniaIA M. N. de. Tecnologias Digitais na Educação Especial. Revista Educação Especial em Debate, *[S. l.]*, v. 6, n. 11, p. 70–90, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/31604.

AMÂNCIO, D. L. P.; MENDES, D. C.. Pessoas com Deficiência e Ambiente de Trabalho: Uma Revisão SistemáticA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p., 2023.

Bibliografia Complementar[7]

BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2.

[12] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.
RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In David Rodrigues (org.) **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva, S. Paulo. Summus Editorial, 2006. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/ciencias-naturais/wp-content/uploads/sites/4/2022/05/20-Dez-ideias-mal-feitas-sobre-a-Educacao-Inclusiva-capitulo-do-livro-2006.pdf.

Nome Componente ou Disciplina: **Produção Científica**	
Carga Horária[13]: 30h	Obrigatória

Objetivos

- Conhecer os processos de produção do conhecimento científico, com ênfase na aplicação dos princípios metodológicos de pesquisa e ensino.
- Identificar as etapas do desenvolvimento de uma pesquisa científica, desde a formulação de perguntas de pesquisa até a elaboração e apresentação de artigos e outros tipos de publicações acadêmicas.
- Desenvolver competências em relação ao uso da metodologia científica na pesquisa e no ensino.

Ementa

Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Tipos e métodos de pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do percurso metodológico. Normatização acadêmica.

Conteúdo

- A caracterização
- Tipologia: classificação da pesquisa quanto à sua natureza, fins e objeto
- Planejamento da pesquisa
- Métodos de pesquisa
- Normatização acadêmica.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas no AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas

[13] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).
A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[14]

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 30 set. 2024.

GATTI, B. A.. A construção da Pesquisa em Educação no Brasil. 1ª. ed. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **ABNT**: Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos [recurso eletrônico] : documento impresso e/ou digital.. 9 ed. Vitória: Ifes, 2024. 78 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/4578/Normas%20para%20apresenta%c3%a7%c3%a3o%20de%20trabalhos%20acad%c3%aamicos%20e%20cient%c3%adficos%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 set. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/. Acesso em: 30 set. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 30 set. 2024.

SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; KOLLER, Silvia Helena (org.). **Produção Científica**: um guia prático. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. 236 p. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/925. Acesso em: 30 set. 2024.

Bibliografia Complementar[7]

[14] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BORBA, Marcelo de C.; ALMEIDA, Helber Rangel Formiga Leite de; GRACIAS, Telma Aparecida de S. Pesquisa em ensino e sala de aula. São Paulo: Autêntica Editora, 2019. E-book. ISBN 9788551306130. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551306130/. Acesso em: 30 set. 2024.
LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do estudo e pesquisa:** facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2016. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 30 set. 2024.
MARTINS, Vanderlei (coord.). **Metodologia científica**: fundamentos, métodos e técnicas. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 30 set. 2024.
MASCARENHAS, Sidnei Augusto (org.). **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2018. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 30 set. 2024.
OLIVEIRA, Clara Maria Cavalcante Brum de; TOMAINO, Bianca; MELLO, Cleyson de Moraes; WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação:** teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.

Nome Componente ou Disciplina: **Produto Educacional**	
Carga Horária[15]: 60h	Obrigatória

Objetivos

- Conceituar produto educacional;
- Identificar alguns conceitos e referenciais teóricos que fundamentam os produtos
- educacionais;
- Analisar criticamente os produtos educacionais disponíveis;
- Elaborar de forma colaborativa produtos educacionais;
- Redigir textos de cunho científico e de divulgação científica.

Ementa

Conceitos e funções do produto educacional à luz dos documentos oficiais da área de Ensino. Elementos constitutivos do produto educacional. Formas e possibilidades de apresentação do produto educacional. A avaliação do produto educacional e sua validação. Divulgação, compartilhamento e registro do produto educacional. Desenvolvimento do produto educacional associado ao curso.

Conteúdo

- Conceitos e referenciais teóricos que fundamentam os produtos
- educacionais;
- Elementos constitutivos e tipos de produto educacional;
- Formas e possibilidades de apresentação do produto educacional.
- Validação e Avaliação do produto educacional;
- Desenvolvimento do produto educacional e divulgação.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor da disciplina. Serão priorizados

[15] Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica[16]
MENDONÇA, Andréa Pereira; RIZATTI, Ivanise Maria; RÔÇAS, Giselle; FARIAS, Marcela Sarah Filgueiras de. O que contém e o que está contido em um processo/produto educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para o programa de pós-graduação na área de ensino. Revista Educitec, Manaus, v. 8, 2022. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114. Acesso em: 01 out. 2024. JURDI, A. P. S. et al.. Percepções de egressos e mestrandos acerca do produto educacional em um programa de pós-graduação profissional. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 28, p. e023027, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/3tWWHGW9FSqgmWMSg9c7BKK/?lang=pt#. Acesso em: 01 out. 2024. BACHMANN, Evelize Hoefelmann; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. As contribuições de unidades didáticas apresentadas em um produto educacional com base no desenho universal para a aprendizagem da matemática. Revista BOEM, Florianópolis, v. 11, p. e0122, 2023. DOI: 10.5965/2357724X112023e0122. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/boem/article/view/24834. Acesso em: 1 out. 2024. SOUZA, R. F. de; ROSA, M. F. S. Processo de construção e validação de um produto educacional para o ensino de ciências utilizando a aprendizagem baseada em projetos aliada aos pressupostos freireanos. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 9, n. jan./dez., p. e213323, 2023. DOI: 10.31417/educitec.v9.2133. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2133. Acesso em: 1 out. 2024.

[16] Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BATALHA, Eliana Ratto de Castro. Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais. 2018. 44 f. Produto Educacional (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Ciências e Tecnologias da Educação, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Pelotas, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1644/PRODUTO%20%20EDUCACIONAL%20Eliana%20Batalha.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2024.

Bibliografia Complementar[7]

ROBALINHO, B. C. S. D.; COSTA, C. S. Jogo Digital na inclusão de alunos com deficiência visual. Informática na educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 2019. DOI: 10.22456/1982-1654.86711. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/86711. Acesso em: 1 out. 2024.

NEVES, Carla Nascimento; MAIA, Regina Maria da Costa Smith. O uso de materiais adaptados para o ensino da matemática para estudantes com deficiência visual. Revista BOEM, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 119–137, 2018. DOI: 10.5965/2357724X06112018119. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/11862. Acesso em: 1 out. 2024.

PRODUTOS EDUCACIONAIS NA ÁREA DE ENSINO DA CAPES: O QUE HÁ ALÉM DA FORMA?. (2021). *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, *5*(2), 5-20. https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1229

PINHEIRO, Fabiana Fatima do Prado Sedelak; AIRES, João Paulo. Orientações para elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 12151-12168, 20 ago. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373285967_Orientacoes_para_elaboracao_de_produtos_educacionais_no_mestrado_profissional_em_ensino_exemplificando_os_tipos_de_produtos. Acesso em: 01 out. 2024.

5. Estágio

Não haverá estágio no curso.

6. Referências

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em Jan. 2024.

BRASIL, Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em

Jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Diário Oficial da União, Publicado em 12/05/2016, Edição 90, Seção 1, Página 47. 2016.

CARVALHO, G. D.; MELO, R. G. **Implantação de políticas de ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo.** In: Editora Poisson (Org.). Série Educar- Volume 23 Educação Especial e Inclusiva. 1ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2020, v. 23, p. 67-71.

IFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - 2019/2 – 2024/1**. Vitória, ES, 2019. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019_-_PDI_-_Anexo.pdf>. Acesso em Jan. 2024.

IFES. **Resolução do Conselho Superior nº 72**, de 11 de dezembro de 2020. Normatiza a elaboração, a oferta, o funcionamento e a certificação de Cursos Online, Abertos e Massivos (MOOC, do inglês) no Ifes. Vitória, ES, 2020. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_72_2020_-_Normatiza_cursos_Mooc_no_Ifes.pdf>: Acesso em Jan. 2024.

IFES. **Resolução do Conselho Superior nº 39**, de 13 de agosto de 2021. Estabelece a oferta da disciplina Libras pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, para os cursos de bacharelado e tecnólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, ES, 2021. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_39_2021_-_Estabelece_a_oferta_da_disciplina_Libras_pelo_Cefor_para_cursos_de_Bacharelado_e_Tecn%C3%B3logo.pdf>. Acesso em Jan. 2024.

RIBEIRO, S. M. et al. Política de cotas no ensino superior: percepções de professores e estudantes. **Revista Unimontes Científica**, v. 18, n.1, p. 64-72, 2016.

VENTURINI, A. N. Ações afirmativas para a pós-graduação: desenho e desafio de política pública. **Anais...** 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 2017.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 1/2025 - CEF-CGE (11.02.38.01.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/02/2025 16:15)
GIOVANA DEWES MUNARI
AUXILIAR EM ADMINISTRACAO
CEF-CGE (11.02.38.01.05)
Matrícula: 1914018

Visualize o documento original em https://sipac.ifes.edu.br/documentos/ informando seu número: ***1****, ano:* ***2025****, tipo:* ***PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO****, data de emissão:* ***04/02/2025*** *e o código de verificação:* ***bb1e8e851c***